

Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics

Journal homepage: www.ipebj.com.br/forensicjournal



Anais do VIII Simpósio Forense Proceedings of VIII Forensic Symposium

Received 1 June 2016

VIII Simpósio Forense

Realização do Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos (IPEBJ)/
Forensic Science Investigation Brasil (FSI-Brasil)
Local: Centro de Convenções de Ribeirão Preto
Data: 27 a 29 de Maio de 2016

Resumos:

Epidemiologia das Mortes Violentas

Ana Paula do Rego André¹, Isamara Geandra Cavalcanti Caputo¹

¹ Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Introdução: Os óbitos por causas externas no Brasil configuram problema de saúde pública de grande proporção. Tem provocado um forte impacto na morbimortalidade da população. **Objetivo:** O objetivo do presente estudo é descrever e comparar o perfil epidemiológico das mortes por causas externas ocorridas em âmbito nacional. **Métodologia:** Realização de levantamento bibliográfico no período de 1980 a 2015 em periódicos nacionais. **Conclusão:** Nos artigos revisados houve predomínio do gênero masculino, raça branca e faixa etária de adolescente e adultos-jovens sendo o homicídio e acidentes de trânsito os tipos de causas externas mais comuns. O período de maior índice de ocorrências foram durante a noite e madrugada nos finais de semana. Não foi possível delimitar o mês de maior ocorrência dos óbitos através dos artigos selecionados. O instrumento mais utilizados para as execuções foram armas de fogo. Quanto a região do corpo atingida houve uma grande variação de termos e subdivisões do corpo humano dificultando a comparação entre os artigos e uma delimitação precisa.

Psicólogo Perito Oficial X Assistente Técnico **Dificuldades e Dicotomias Enfrentadas na Atuação no Brasil**

Ariana Aparecida da Silva¹, Livia de Tartari e Sacramento²

¹ *Centro Universitário Fundação Santo André*

² *Tribunal de Justiça de São Paulo e Centro Universitário Fundação Santo André*

O psicólogo perito oficial, também chamado de psicólogo judiciário é o profissional indicado pelo juiz, para avaliar situações que necessitam de habilidades, técnicas e conhecimentos para responder demandas específicas da justiça. O psicólogo assistente técnico é o profissional a serviço de uma das partes envolvidas, não pertencendo à instituição judiciária. Foi realizado um estudo teórico que se propôs a investigar, sob diferentes pontos de vista e com exemplos de experiências reais, o contexto de trabalho do psicólogo atuando no âmbito jurídico no Brasil. Serão identificados dados relativos ao início da inserção do profissional neste campo e como vem ocorrendo nos dias atuais, bem como as qualificações exigidas e desejáveis, questões éticas, e as principais dificuldades encontradas por esses profissionais. Estas dificuldades serão esmiuçadas e tratadas como foco, principalmente porque existe uma controvérsia muito grande em relação à atuação do psicólogo como perito e como assistente técnico, questão esta que foi tratada na Resolução 008/2010 e precisa ser muito bem observada, pois traz aspectos polêmicos que devem ser discutidos e avaliados, não somente por quem já exerce a função, mas por profissionais que desejam ingressar futuramente, inclusive estudantes de psicologia. O bom profissional deve trabalhar em prol da verdade, com embasamento em sua área de conhecimento, que neste caso refere-se a psicologia, ou seja, mesmo que os profissionais atuem em funções diferentes, suas visões podem ser complementares e os mesmos não devem se entender como "inimigos".

Papel da Entomologia Forense na Saúde Pública

Beatriz Ohtta Chaves, Paulo Roberto Martins Queiroz

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília-UniCEUB

Introdução: A Entomologia forense é a ciência que utiliza os conhecimentos sobre os insetos como ferramenta para solucionar casos no âmbito criminal. Eles podem ser utilizados nas investigações de delitos de tráfico de substâncias ilícitas, nos crimes de maus tratos e na determinação do intervalo *post-mortem* (IPM) ou cronotanatognose. A ordem Diptera é a de maior importância para estudos de entomologia forense e as famílias que mais se destacam

são a Calliphoridae, Sarcophagidae e Muscidae. **Objetivo:** Fazer uma revisão bibliográfica dos conhecimentos adquiridos a respeito da entomologia forense na determinação do IPM e ressaltar sua significância na saúde pública do país. **Material e Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, onde foram analisados artigos científicos publicados em revistas indexadas às bases de dados Scielo, EBSCO e PubMed datados nos anos 2001 a 2014 nos idiomas inglês e português em domínio público, além de livros especializados na área forense. **Resultados:** Os estudos de entomologia forense estão adquirindo atenção devido seu grande papel na medicina e na saúde pública tanto humana quanto veterinária. É indispensável um maior aprofundamento na biologia e no ciclo de vida desses insetos, uma vez que para a avaliação do IPM são indispensáveis o conhecimento e cerca do desenvolvimento pós-embrionário das famílias de insetos desta ordem. A determinação do deste IPM é realizada através de dois métodos. O primeiro é realizado quando se localiza o corpo poucas horas após a morte (fase inicial de decomposição), em que avalia diretamente a idade dos espécimes mais desenvolvidos encontrados no corpo em condições apropriadas para a atividade dos insetos. A segunda forma é utilizada em situações em que o corpo se encontra em estado avançado de decomposição e, quando se percebe que há presença de pupas na cena não é mais plausível a estimativa apenas pela biologia dos imaturos, uma vez que serão encontrados mais de um ciclo no corpo da vítima. É preciso avaliar os diversos fatores encontrados no local de morte que podem alterar os padrões de sucessão (local, condições climáticas, época do ano e outros), pois isso pode mudar totalmente a estimativa do IPM. **Conclusão:** A consignação do IPM tem passado por grande evolução no Brasil, porém percebe-se que ela não é incluída com prática hodierna na área criminal. É preciso que aja maior investimento na formação do entomologista forense para que a técnica de IPM possa abranger e solucionar delitos de diversas regiões e assim expandir o conceito de que justiça é para todos.

Avaliação Psicológica em Contexto Forense: Detecção de Mentira numa Perspectiva Integrativa

Francisco Valente Gonçalves¹, Lisa Smith², Doug Barrett³

¹ Marie Curie Research Fellow, Department of Criminology, University of Leicester, United Kingdom

² Senior lecturer, Department of Criminology, University of Leicester, United Kingdom

³ School of Psychology, University of Leicester, United Kingdom

A avaliação psicológica em contexto forense é uma das ferramentas mais utilizadas pelos personagens envolvidos no sistema jurídico aquando um caso onde a magistratura necessita

de conhecer a personalidade e modo de comportamento de determinado sujeito. No entanto, associado a este tipo de ferramenta providenciada por profissionais de psicologia, está substancialmente associada uma motivação para ocultar e/ou simular informações, vulgo mentir. O acto de mentir durante as avaliações psicológicas em contexto forense é deveras mais expectável, e observável, que em contexto clínico, e desta forma tem sido uma fonte de investigação. No entanto a investigação realizada nesta área, tem sido mais individualista que integrativa. O presente trabalho tem como base a investigação realizada no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (Portugal), onde 461 perícias psicológicas foram analisadas focando-se a motivação para mentir durante as mesmas pelos sujeitos avaliados. Foram elaborados os traços de personalidade que mais se tentam simular e dissimular durante este tipo de perícia através de questionários psicométricos. No entanto, também foram analisadas provas projectivas onde se tentou simular/dissimular o funcionamento psíquico. A junção das duas visões da psicologia, cognitiva-comportamental e psicanálise, providenciam uma observação exponencialmente mais alargada do sujeito simulador, e de carácter mais integrativista, promovendo uma maior compreensão por parte da magistratura sobre este tipo de comportamento. Finalmente serão ainda feitas reflexões sobre possíveis sinergias entre diferentes áreas para avaliar o fenómeno da detecção da mentira.

Perícia Forense em Papiloscopia: Tomada de Decisão, Informação Contextual e Motivação de Peritos

Francisco Valente Gonçalves¹, Lisa Smith², Doug Barrett³

¹ *Marie Curie Research Fellow, Department of Criminology, University of Leicester, United Kingdom*

² *Senior lecturer, Department of Criminology, University of Leicester, United Kingdom*

³ *School of Psychology, University of Leicester, United Kingdom*

Este trabalho tem como objetivo discutir as contribuições da psicoterapia de casal na promoção da resiliência em um casal com histórico de violência doméstica. Foi realizado estudo de caso único, de carácter longitudinal e exploratório, com um casal de 45 anos idade, com a intenção de compreender as contribuições das intervenções de promoção da resiliência através da psicoterapia. Para tanto, foram realizados 12 encontros terapêuticos com intervenções psicoeducativas embasadas na Psicologia Positiva e na abordagem de Terapia Sistêmica de Família e de Casal e aplicadas num modelo de pré-teste/pós-teste as Escalas de Satisfação com a Vida (ESV) e a dos Pilares da Resiliência (EPR). Os resultados demonstraram que as intervenções favoreceram um aumento positivo nos cônjuges, em todos os quesitos promotores de resiliência mensurados na EPR, assim como em suas satisfações

com a vida, através da análise comparativa da ESV. Além disso, mostrou-se que a inclusão de tarefas diárias, positivas e construtoras de bem-estar adaptadas a realidade biopsicossocial do casal, assim como a checagem e o remanejamento destas na medida de seus efeitos, possibilitaram a melhora comunicacional entre os dois, tanto em sua conjugalidade quanto nas suas relações familiares. Com essas mudanças verificou-se a diminuição do comportamento agressivo nos seus relacionamentos interpessoais marcando assim a não reincidência em episódios de violência doméstica. Nesse sentido, este estudo mostra relevância para vários campos da psicologia, em especial para Psicologia Jurídica e Sistêmica que vêm buscando formas interventivas no manuseio de episódios de violência doméstica que possam promover o bem-estar do casal e o entendimento dos fatores indicadores da reincidência destes episódios. O casal em questão buscou trocar hábitos disfuncionais e geradores de emoções negativas por outros funcionais e positivos, conseguindo assim reformular os propósitos de sua conjugalidade, além de adequarem-se a um novo estilo de vida, de forma direta, elaborada, orientada e virtuosa, promovendo conforme os dados levantados satisfação com a vida, autoconfiança, aceitação positiva de mudança, autoeficácia, bom humor, controle emocional, empatia, independência, orientação positiva para o futuro, reflexão, sociabilidade e valores positivos enquanto indivíduos e como casal.

A Importância do Diálogo entre o Direito Penal e a Psicologia Jurídica: Rediscutindo o Livre-arbítrio como Fundamento para a Culpabilidade

Giovanna de Castro Resende Franco¹, Pâmela de Rezende Côrtes²,
Renato César Cardoso³

¹ Pontifícia Universidade Católica – PUC/MG

² Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

³ Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Introdução: Na Ciência do Direito Penal, há muito se discute os conceitos jurídicos de culpabilidade. Nos dias de hoje, culpabilidade significa, de forma geral: uma reprovação de um ato que esteja previsto pelo sistema penal; um juízo de valor dirigido contra o autor pelo ilícito praticado; e um de seus pilares é o livre-arbítrio, objeto de estudo dessa pesquisa. Observa-se que o problema fundamental aqui levantado é o livre-arbítrio humano, ou seja, a liberdade de querer, se se pode querer o que se quer, e não a questão acerca da liberdade de agir, isto é, se o homem pode fazer o que ele quer. Existe uma crise do princípio de culpabilidade, e ela está intimamente relacionada à impossibilidade ou dificuldade de

comprovar que o agente, no caso concreto, poderia ter atuado de outro modo, ou seja, poderia ter obedecido ao ordenamento jurídico, e à igual impossibilidade de afirmar, com certeza, quais são os elementos externos que incidem sobre a atuação criminosa do sujeito e em que medida elas são determinantes desta atuação. Admitir, eventualmente, a impossibilidade de demonstração de que o sujeito poderia agir conforme o direito conduziria, em princípio, à renúncia da culpabilidade como fundamento e como baliza da pena. Se não é possível demonstrar que o sujeito poderia ter agido de outro modo, não é possível responsabilizá-lo por sua escolha e, se não é possível mensurar as opções que tinha à sua disposição, menos ainda é possível determinar a carga penal que lhe corresponde. Nesse sentido, a nossa hipótese é que trabalhos recentes da psicologia jurídica (área de interface entre psicologia e direito, e não apenas a aplicação da psicologia no sistema jurídico), assim como as pesquisas em neurociência e tomada de decisão de Benjamin Libet; e ainda, John Dylan Haines, observando os processos automáticos da atividade cerebral sem envolvimento da consciência; do psicólogo social Daniel Wegner, no sentido que a intenção consciente seria parte de uma ilusão de causação mental, inferida retrospectivamente para explicar o comportamento; as propostas de estudos de Eagleman sobre neurodireito, e discussões levantadas por outras áreas das neurociências e na própria filosofia cientificamente informada como, por exemplo, a apreciação do determinismo feita por Pereboom; poderiam ser inseridas nas discussões do direito penal, refinando o conceito de culpabilidade e conduzindo a um direito penal mais justo. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo discutir a liberdade de vontade como elemento necessário ao sistema penal – sobretudo no que tange o conceito de culpabilidade – e como os estudos em psicologia jurídica tem tornado esse conceito cada vez mais anacrônico. **Material e métodos:** Trata-se de pesquisa teórico-investigativa e, para tanto, colheu-se os dados teóricos em grupos de textos que tratem do tema. **Resultados e Conclusões:** O exercício de interdisciplinaridade pode ser de grande valia não só para a revisão dos fundamentos do direito penal, mas também para a compreensão do que é ou não crime, do que é ou não ilícito, e do que se pode fazer a partir disso. Esse debate é, além de possível, extremamente necessário.

Marcas de Mordida na Pele como Base na Identificação de Agressores

Karla R.H.C. de Freitas

¹ *IML Araraquara, SP, Brasil. E-mail: karlacampos.kc@gmail.com*

A odontologia legal é um ramo da medicina legal que lida com evidências na área odontológica apresentadas nos tribunais. Dentre as lesões à pessoa estão as marcas de mordidas, correspondentes a marcas deixadas pelos dentes na pele de pessoas vivas ou mortas e aparecem em crimes como agressão, crimes sexuais, homicídios e maus-tratos em crianças e idosos. O objetivo principal é a análise das marcas de mordidas, através de revisão bibliográfica, e sua validação científica na identificação de suspeitos de agressão. O objetivo secundário é a descrição simplificada de passos para a análise das marcas de mordida.

Materiais e Métodos: As marcas de mordida são baseadas no princípio de que não existem duas arcadas iguais e, portanto, as impressões deixadas são também únicas, assim como as marcas deixadas nos diferentes suportes pelas pontas dos dentes superiores e inferiores. Muitos cientistas declaram que atribuir a cada arcada dentária a característica de unicidade é questionável e carece de suporte empírico. Entretanto, os juris aceitam a teoria da unicidade da arcada dentária e baseiam-se no histórico de precedentes legais. Desta forma procede-se a análise das marcas de mordida: se é humana ou animal, se é total ou parcial, análise métrica da mordida: medida total, distância intercanina, fatores individualizadores: “*rotações, dentes ausentes, diastemas, fraturas, desgastes, restaurações*”, a descrição: superfície de contorno da mordida, forma, posição, cor, tipo de lesão: hemorragia, equimose, abrasão, contusão, laceração, incisão, avulsão ou excisão, identificação e orientação do maxilar e/ou mandíbula com as marcas de mordida, linha media entre maxilar e mandíbula, exame no suspeito: padrões de cera, moldagens e fotografias confronto: por sobreposição de fotografias, acetato ou técnicas computadorizadas. As marcas de mordida podem auxiliar na identificação ou exclusão de agressores na pericia criminal e determinar ou não o nexos causal entre a lesão corto-contusa e o fato e têm por influência as marcas de mordida na pele, o uso de roupas (DORION,2011), coloração e elasticidade da pele, idade do individuo, força da mordida e lapso temporal, fatores estes que podem tornar não fiel a impressão. A análise das marcas de mordida na identificação do agressor como um método aceitável e potencialmente válido e mesmo onde há uma gama considerável de detalhes, a exclusão de suspeitos é mais confiável do que sua identificação. É preciso rigor ao se analisar marcas de mordida na identificação de agressores. Há controvérsias e carência de estudos científicos que comprovem a unicidade das arcadas dentárias, entretanto, se bem analisadas e seguindo os

protocolos estabelecidos pela literatura, são confiáveis na exclusão de suspeitos. Já na própria identificação do agressor, as marcas de mordida precisam ter características individualizadoras bem definidas, cotejadas e analisadas por profissionais habilitados para não serem causas de injustiças legais.

Queiloscopia na Identificação Humana

**Laís Ubaldo Antonio, Ana Paula do Rego André,
Isamara Geandra Cavalcanti Caputo**

Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Uma significativa área de identificação humana é a Queiloscopia que se refere ao estudo, registro e classificação da mucosa externa dos lábios e das impressões que deixam. O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão literária sobre a aplicação da queiloscopia na identificação humana por meio de levantamento bibliográfico junto a bancos de dados disponíveis nas bases de dados pertencentes à Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados da Enfermagem (BDENF), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), utilizando métodos tradicionais e digitais. Constatou-se que a literatura ainda é carente de trabalhos nesta área. São necessárias novas pesquisas, sobretudo no desenvolvimento de métodos digitais. A aplicação da Queiloscopia pode, em muito, colaborar com a Justiça, na identificação de suspeitos. Ao final, a sociedade obterá o ganho.

Importância do DNA em Investigações Forenses: Análise de DNA Mitocondrial

Letícia Batista Pinto, Rubens Correia Junior

Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos

O DNA mitocondrial (mtDNA) pode ser uma ótima alternativa na tipagem de DNA quando o DNA nuclear está disponível em pequenas quantidades, degradado ou contaminado e a possibilidade de realizar testes com o DNA nuclear é pequena¹. Devido ao maior número de cópias de mtDNA por célula, e ao fato deste DNA ser circular, e presente dentro de uma organela com membrana celular dupla, o mtDNA possui certa proteção quanto ao grau de

degradação^{2,3}. Além disso, o mtDNA possui herança exclusivamente materna sendo capaz de ligar pessoas à sua linhagem materna¹. O objetivo do presente trabalho foi realizar revisão bibliográfica sobre a importância do mtDNA na identificação humana, por meio de levantamento bibliográfico junto a bancos de dados disponíveis nos seguintes sites para buscas científicas: Bireme, Medline, Lilacs, SciELO, PubMed e no Google Acadêmico. Com a presente revisão pudemos perceber que há uma grande tendência em analisar e sequenciar o genoma mitocondrial inteiro, e não só as regiões não-codificantes como anteriormente, assim tem surgido diversas metodologias capazes de realizar esta análise, mas ainda não foi estabelecida uma metodologia ouro. Podemos perceber também que tem se despendido esforços no sentido de encontrar e analisar as heteroplasmias presentes no mtDNA. Apesar de a análise de mtDNA ainda não é amplamente empregada, este é um assunto que tem sido bastante estudado, podendo ajudar na implementação de novos métodos, no barateamento do uso destas análises e na criação de *kits* que possam ser utilizados na rotina laboratorial.

Reconstrução Facial Forense: Importante Ferramenta Científica e Social

Lucas Neves de Almeida Freitas

Universidade Metodista de São Paulo

A identificação de cadáveres é fundamental. Assim são utilizadas as técnicas de datiloscopia, odontologia legal e DNA, que são métodos primários de identificação humana onde se comparam dados *antemortem* e *post-mortem*. Há situações onde isso não é possível, como em casos de crimes violentos e quando não se sabe a quem pertence os restos cadavéricos. Nessas situações pode ser empregada a reconstrução facial forense. Para a realização da técnica são necessárias análises antropométricas para estimativa de idade; gênero; estatura e ancestralidade assim possibilitando a reconstrução da face do indivíduo a partir de um crânio. A reconstrução é divulgada na mídia com a finalidade que este seja reconhecido, e possa se obter informações *antemortem* para realizar a identificação. O objetivo desse trabalho é apresentar a reconstrução facial forense e sua indicação. A metodologia foram pesquisas bibliográficas nas bases de dados do Forensic Science International, Google Acadêmico, PubMed e Scielo no ano de 2015. Foram utilizados os descritores: “reconstrução facial forense; antropologia forense; odontologia legal; ciências forenses; forensic facial reconstruction; forensic anthropology; forensic dentistry; forensic science”. A reconstrução facial forense é definida como a reprodução de características faciais perdidas,

desconhecidas de um indivíduo com a finalidade de reconhecimento e posterior identificação. Para sua realização existem basicamente três técnicas: bidimensional, tridimensional manual e tridimensional digital. Os métodos de reconstrução faciais forenses tridimensionais utilizam dados de espessura dos tecidos moles faciais de pontos anatômicos pré-determinados. Há tabelas para diversas populações já definidas. Inicialmente a mensuração dos pontos era realizada em cadáveres frescos. Com novas tecnologias digitais e de exames por imagem foi possível a realização da mensuração por meio de tomografia computadorizada e ressonância magnética, tornando a técnica mais precisa. São conhecidos três diferentes métodos que podem ser empregados na reconstrução facial forense. O método russo, que propõe a aposição de músculos sobre o crânio (ou sua réplica); o método americano, que utiliza dados de espessura de tecidos moles faciais em pontos anatômicos pré-determinados e o método de Manchester, que faz uma combinação dos dois anteriores. O método russo utiliza da técnica de escultura, baseando-se na aplicação de marcadores que representam a espessura dos tecidos moles em pontos craniométricos de referência. Depositando o material diretamente sobre o crânio. Após a aplicação da camada de tecidos moles é então gerado as características faciais do sujeito. O método americano é digital além de poder ser realizado com maior rapidez, e possibilitar a construção de vários modelos a partir de um crânio. A técnica consiste no depósito gradativo de “camadas” que mimetizam tecidos moles. Pelo fato da face ser uma estrutura biológica complexa, todos os métodos utilizados na reconstrução facial forense exigem conhecimento anatômico da cabeça e pescoço, e utilizando este conhecimento em auxílio à Justiça é possível fornecer meios para o reconhecimento de um cadáver. Com isso, podemos afirmar então que a reconstrução facial forense auxilia e facilita o processo de identificação, que tem suma importância tanto em questões legais, sociais e culturais.

Criminologia e Música – Uma Análise Dos Conceitos Criminológicos Pelas Letras Dos Engenheiros do Hawaii

Mariana Gonçalves de Castro¹, Rubens Correia Junior¹;

¹ *Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos (IPEBJ), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil*

A Criminologia é uma ciência empírica, baseada na observação da sociedade e tem como objeto de estudo o crime, o criminoso, a vítima e o controle social do delito. A partir desse princípio, a Criminologia se torna, portanto, uma importante e fundamental ferramenta a ser utilizada para fim de análise e entendimento referentes ao crime. A Criminologia consegue

explicar no decorrer de sua evolução as mudanças a cerca do crime. Unindo várias Escolas e Teorias, ela mostra os diferentes comportamentos perante a sociedade contemporânea. Uma das vertentes da Criminologia, a Criminologia Cultura, aborda de forma teórica e metodológica o estudo do crime e insere no contexto cultural da sociedade. Portanto, traçar um paralelo entre Criminologia e expressões culturais é importante e necessário, pois ambos têm poder de comunicação com a sociedade inserida. Sendo uma das maiores expressões da arte, a música, tem papel fundamental na observação, reflexão e crítica social. Sob essa visão, esse estudo tem por objetivo, analisar os aspectos criminológicos com a ilustração de algumas músicas da banda Os Engenheiros do Hawaii. A partir de então, identificar nas letras teorias dos pensamentos criminológicos. A metodologia se deu por via de estudo e análise dos principais autores dos conceitos e pensamentos da Criminologia. A canção escolhida foi “Muros e Grades”, do álbum “Várias Variáveis”, gravado no ano de 1991. A canção retrata em sua essência a necessidade do isolamento causado pelo medo nas grandes cidades, levando o indivíduo à criação de grades e muros, levando-o cada vez mais ao isolamento. Perceptível nos trechos como “nas grandes cidades, no pequeno dia a dia, o medo nos leva tudo, sobretudo a fantasia, então erguemos muros que nos dão a garantia de que morreremos cheios de uma vida tão vazia” a canção se relaciona com as teorias presentes e apresentadas na Escola de Chicago, que foi responsável por introduzir uma relação entre violência e grandes centros urbanos. Observa-se então, a relação entre a canção “Muros e Grades” e os conceitos criminológicos da Escola de Chicago, que a vida nos grandes centros urbanos (em decorrência, dentre muitos fatores, o aumento da criminalidade e violência) proporciona aos habitantes distanciamento, isolamento e a ausência de vínculos e responsabilidades. Os indivíduos se escondem em suas residências, evitando assim a possibilidade de convívio com o outro. A facilidade de se distanciarem e desligarem do outro favorece o isolamento interpessoal. É preciso mudar essa realidade, pois, bem fala a canção: “viver assim é um absurdo”. A rotina da sociedade não pode ser baseada no medo, impondo ao cidadão condições cada vez mais individualizadas de convivência, criando vínculos frágeis e superficiais.

Lombroso, Rodrigues, Criminologia Brasileira

Nelyne Mota Santos Araújo

Faculdade Almeida Rodrigues – FAR

Introdução: Lombroso é responsável pela consolidação do delinquente como ser dotado de especificidades. Pioneiro em estudá-lo de forma aprofundada e minuciosa, contribuiu para a

fundação da criminologia. Interpretado por muitos de sua como visionário, revolucionou a ciência penal a partir do século XIX, estudando a mente do criminoso, analisando características psíquicas, culturais, religiosas e físicas. Além de condições morais e materiais, faculdades intelectuais, disposições naturais, educação recebida, influências físicas, inclinações hereditárias e detalhes que poderiam influenciar na conduta do delinquente. No mesmo século, destacamos no Brasil, Raimundo Nina Rodrigues, que desenvolve seu estudo na crença da existência de raças superiores e inferiores, sendo essas diferenças, conseqüências de graus de evolução alcançados ou não. E ainda que essa evolução só acontecia de forma lenta e gradual. Para Rodrigues, negros e mestiços seriam de uma raça inferior à ariana, que teriam desenvolvido-se de forma inferior por motivos naturais. E arianos, por sua vez, teriam a responsabilidade de comandar a massa populacional inferior para que esta não chegasse ao poder nem fugisse aos padrões sociais da época, impostos pelas raças evoluídas. **Objetivos:** O objetivo é desenvolver um paradoxo da criminologia de Lombroso trazido para o Brasil por Rodrigues e os reflexos de ambos na ciência criminal brasileira atual. **Material e Métodos:** Pesquisa bibliográfica com referencial teórico nas obras “O Homem Delinvente”, edição 2001, de Césare Lombroso, “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, edição 2011, de Raimundo Nina Rodrigues, e “Criminologia Integrada”, 4ª edição, de Valter e Newton Fernandes. **Resultados:** Conclui-se que mesmo com algumas características tidas como extremistas, étnico racistas e preconceituosas, encontradas - de forma significativa - no trabalho de Lombroso e de Rodrigues, há muito de proveitoso e consistente em seus legados. Lombroso, pai da criminologia, desenvolveu estudo conciso e minucioso em um período de realidades limitadas. Com seu estudo, observação de casos reais, dados recolhidos – mesmo descartando o extremismo em suas definições de características físicas do delinquente -, traçou perfil do homem criminoso com fundamentos relevantes ainda nos dias atuais. Rodrigues, pioneiro no trato da ciência criminal em terras brasileiras, trás todo o conceito do trabalho de Lombroso. Complementando com alguns traços, destacando características peculiares da formação da população brasileira em sua miscigenação. Para a criminologia atual, o saber à respeito - não só do crime em si e da cena em que ele ocorre, mas - da mente do criminoso, desenvolvendo ciência de sua cultura, história, experiências pessoais e detalhes emocionais e psicológicos, trás conhecimento abrangente sobre as motivações do crime, o ápice da atitude em cometê-lo, seus efeitos e a possibilidade de reincidência. **Conclusões:** Constata-se que a maior parte de casos delituosos que temos, refere-se à indivíduos doentes. Indivíduos criminosos por traumas, experiências extremas que geraram deficiências psicológicas e mentais que em algum momento, decorrente de situações de grande pressão, chegam ao seu ápice e desencadeiam formas de surtos psicóticos e ausência de discernimento, fazendo-o delinquente, fantoche de uma série de experiências causais.

Intoxicação Medicamentosa: Aspectos Relevantes dos Casos de Suicídio Através da Automedicação

Raphaela Duarte da Cunha

Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos – IPEBJ

Introdução: Os casos de intoxicações medicamentosas causadas propositalmente ou não vêm crescendo com o passar dos anos, devido às facilidades de obtenção de diversos fármacos. O envelhecimento da população também é um fator a ser estudado devido à polimedicação, ou seja, com o passar dos anos algumas doenças passam para o estágio crônico, fazendo assim com que o paciente fique refém do uso de vários medicamentos ao mesmo tempo e, contribuindo assim para o aumento dos casos de intoxicação. Sendo assim, os casos em que os fármacos são usados para suicídio ou tentativa do mesmo, aumentaram significativamente com o passar dos anos, devido a diversos fatores, que serão abordados neste trabalho. Assim como as principais classes medicamentosas usadas nesta prática do suicídio e também como isto pode ser comprovado através de exames laboratoriais para que um possível crime seja descartado por exemplo. **Objetivos:** Estabelecer as causas e as consequências determinantes na incidência de casos de suicídio associados à automedicação e estudar os casos de suicídio e/ou tentativa do mesmo e os principais fármacos e fatores psicossociais envolvidos neste ato, bem como, os principais métodos diagnósticos utilizados para a confirmação da superdosagem medicamentosa ou associação de medicamentos. Ainda, será abordado no estudo, à faixa etária e o gênero mais susceptíveis ao suicídio, como também suas principais causas. **Materiais e métodos:** Para a realização do presente trabalho foi realizada uma busca sistemática de artigos científicos, periódicos, teses e dissertações, entre os anos de 1985 a 2015. **Resultados:** A automedicação, devido os motivos e riscos que a compõe é considerada hoje um grave problema de saúde pública, atingindo várias pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. Durante o estudo foi observado que o aumento da automedicação propiciou uma elevação nos casos de intoxicação e de suicídio ou tentativa do mesmo. A grande maioria de casos de intoxicação e de suicídios, envolvendo medicamentos são de mulheres com idade entre 16 e 48 anos, devido à facilidade de acesso e o uso indiscriminado e crônico. As principais classes de medicamentos utilizados indiscriminadamente e apontados em pesquisas nos casos de intoxicação e de suicídio ou tentativa do mesmo são os barbitúricos, os benzodiazepínicos, os opióides e opiáceos e os estimulantes do sistema nervoso central. **Conclusões:** Medidas de controle de vendas de medicamentos devem ser colocadas em prática com seu devido rigor para a segurança da própria população. Os adolescentes estão cada vez mais presentes no grupo de risco para

suicídio com medicamentos, então deve-se ter uma atenção maior relacionada a esta faixa etária e também aos idosos que se automedicam muitas vezes sem terem o mínimo de noção do que estão fazendo e acabam intoxicados de maneira crônica, acarretando assim vários outros problemas de saúde.

Relação entre Alterações em Sistema Nervoso Central e Sistêmicas Decorrentes do Trauma Crânio-Encefálico em Cães e Gatos: Estudo Prospectivo da Casuística de Necropsia do Serviço De Patologia Animal - FMVZ/USP

Raquel Gonçalves Gomes¹, Adriana de Siqueira¹, Silvia Elena Campusano Cuevas¹, Thais Amanda Bisson¹, Paulo César Maiorka¹

¹ Departamento de Patologia – VPT, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – USP

Em humanos, a principal causa de óbito e sequelas de menor a maior gravidade em crianças e adultos jovens de países ocidentais industrializados é o trauma crânio-encefálico (TCE), sendo os acidentes automobilísticos, quedas e agressões as principais causas. Os animais podem sofrer traumatismo crânio-encefálico por diversas etiologias, como por atropelamentos por veículos, quedas, esmagamento, projéteis, brigas com outros animais e acidentes ou lesões propositais cometidas por seres humanos. Os cães são mais acometidos por atropelamentos, e os gatos por esmagamento. Em São Paulo, lesões mecânicas são a segunda forma de maus tratos mais frequente, sendo a primeira a intoxicação exógena. Observou-se também que gatos são vítimas de maus tratos mais frequentemente do que cães. Há ainda uma possível subnotificação de casos dessa natureza, já que tal prática costuma ocorrer principalmente por pessoas que convivem diretamente com os animais. O TCE pode levar tanto a lesões diretas encéfálicas, quanto lesões sistêmicas, especialmente nos sistemas respiratório e hemodinâmico. No entanto, os estudos a respeito dos efeitos sistêmicos decorrentes do TCE são escassos, principalmente em medicina veterinária. Assim, este trabalho visa analisar lesões macroscópicas e microscópicas decorrentes do TCE, com ênfase em tronco cerebral, pulmão e coração, já que no tronco encefálico estão os centros respiratório e hemodinâmico, além do sistema vestibular central, núcleos de vários nervos cranianos, tratos ascendentes e descendentes e o sistema ativador reticular ascendente. Para isso, serão avaliados os animais provenientes da rotina do Serviço de Patologia Animal da FMVZ/USP que morreram por decorrência de TCE, examinando lesões macroscópicas e

microscópicas especificamente do cérebro, cerebelo, tronco encefálico, coração e pulmão. A reação de imunistoquímica será utilizada para estudar possíveis lesões nestas regiões, como apoptose de cardiomiócitos, edema neurogênico e inflamação em encéfalo e sistêmica, utilizando os anticorpos para BAX e BCL-2 em coração, Endotelina-1 em tronco encefálico e pulmão e COX-2 em encéfalo e pulmão. Os resultados obtidos poderão auxiliar na elucidação da fisiopatogenia do traumatismo crânio-encefálico, as consequências sistêmicas especialmente em pulmão e coração e em investigações de mortes de animais sob circunstâncias suspeitas ou desconhecidas, nos quais tenha se evidenciado o TCE.

Trauma Crânio-Encefálico Não Acidental em Felino: Relato de Caso e a Teoria do Link

Thais Amanda Bisson¹; Raquel Gonçalves Gomes¹; José Cesar Menk Pinto Lima¹; Rafael Carneiro Costa¹; Bruno Cogliati¹; Claudia Momo¹

¹ *Serviço de Patologia Animal, Departamento de Patologia, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – USP*

Maus tratos e negligência contra animais são assuntos que têm ganhado maior visibilidade nos últimos anos, com isso há diversos estudos acerca da teoria do *link*, que estabelece uma ligação entre abuso contra animais e violência contra pessoas. Com o objetivo de demonstrar na prática a importância dessa teoria, procurou-se estabelecer tal conexão através do relato de caso de trauma crânio-encefálico não acidental em um filhote de felino, encaminhado para exame necroscópico no Serviço de Patologia Animal do HOVET – FMVZ/USP, o qual foi arremessado ao chão pelo proprietário na presença do filho pequeno, de acordo com a requisitante. Ao exame observou-se hemorragia marcante em subcutâneo de região cefálica, fratura craniana, hemorragia sumeningeana em superfície cerebral (lesão de golpe) e em assoalho (lesão de contra-golpe) e hemorragia em nervo óptico, não foram observadas alterações macroscópicas em demais órgãos. À microscopia observou-se hemorragia em neurópilo, com deposição de fibrina intralesional, edema, fragmentação mielínica, tumefação axonal e necrose cerebral em região de impacto e em região de contra-golpe, com intensa reação vascular associada. Os achados macro e microscópicos favorecem choque neurogênico por trauma crânio-encefálico como causa *mortis*. Embora não seja possível afirmar que o agressor tenha histórico de violência contra pessoas, as características do relato revelam a necessidade de se manter vigilância, vale ressaltar que, neste caso, foi realizado Boletim de Ocorrência por parte da solicitante. Os casos de maus tratos contra animais,

portanto, são importantes em saúde pública, ressaltando a necessidade de que profissionais do serviço social estejam atentos a estes casos e sua possível relação com violência doméstica, como em casos de agressão a mulheres e abuso infantil. O médico veterinário atua como agente fundamental na observação de casos semelhantes e na denúncia a órgãos públicos competentes.

Trabalhos premiados com menção honrosa

Criminologia e Música – Uma Análise dos Conceitos Criminológicos pelas Letras dos Engenheiros do Hawaii

Mariana Gonçalves de Castro, Rubens Correia Junior

Reconstrução Facial Forense: Importante Ferramenta Científica e Social

Lucas Neves de Almeida Freitas